

Pessimismo nacional



» ANDRÉ GUSTAVO STUMPF
Jornalista

O Velho do Restelo é personagem de *Os Lusíadas*, de Luís de Camões, obra maior da literatura portuguesa, publicada em 1572. Ele aparece quando a armada de Vasco da Gama parte para a Índia. Enquanto todos celebram a viagem, um velho, parado na praia do Restelo, em Lisboa, crítica a expedição e alerta para os perigos, os sofrimentos e as mortes que ela poderá causar. O autor condena a busca da glória. O brasileiro herdou a maneira portuguesa de observar fatos. É um pessimista profissional. Coloca em dúvida o país em todas suas dimensões.

O início da Copa do Mundo concede oportunidade para o mau humor, e a dúvida quanto à competência dos jogadores volta à baila. Quase todos os dias o Velho do Restelo, interpretado como a voz da experiência, a oposição à novidade e ao progresso, aparece por inteiro na vida nacional. Há um pessimismo desenvolvido na horizontal dentro da sociedade. Nelson Rodrigues enxergou no fenômeno o famoso complexo de vira-lata, que faz o brasileiro se diminuir diante dos vizinhos e das dificuldades. Cada vitória no futebol, no vôlei, no tênis ou em qualquer outro esporte é encarada como superação das tremendas dificuldades enfrentadas pelo sofrido povo nacional. É uma sofrência sem fim.

Assisti, de corpo presente, no Estádio de France, em 1998, em Paris, ao jogo Brasil versus

Escócia, primeiro da Seleção nacional naquela Copa. Difícil. Vencemos por 2 a 1. Emoção pesada. Torcida vibrante dos escoceses, vestidos de saia kilt, que gritavam suas palavras de ordem. Eles também não gostam de perder. Mas a tensão de ver um jogo ao vivo, no estádio, é incrível. Vale o esforço para assistir a uma partida. Pena que os preços das entradas estejam caríssimos nos Estados Unidos. Inacessíveis para a maioria dos mortais. O americano médio não gosta de futebol. As plateias são constituídas de migrantes, latinos, europeus ou asiáticos, que vivem naquele país. Na Copa do Mundo de clubes, os estádios ficaram vazios. Os organizadores foram obrigados a distribuir ingressos gratuitos para evitar que a televisão mostrasse grandes áreas sem público nos estádios.

O governo dos Estados Unidos armou uma arapuca para prender latinos e asiáticos durante o torneio. Serão, ou seriam, qualificados como migrantes indesejáveis. Eles já recusaram torcedores e jogadores. Até um juiz. Vexame. Essa ameaça já esvaziou os hotéis. Em Nova Iorque as reservas estão muito abaixo das previsões. No México e no Canadá, os hotéis estão repletos.

Mas assistir aos jogos pela televisão também conduz a um certo pessimismo. Os locutores são exagerados na sua narração. A gritaria é geral, sem qualquer explicação razoável. E os comentaristas são lamentáveis, salvo raras exceções que conhecem bem o esporte. Na maioria dos casos, eles não estudam o contexto em que estão trabalhando. Na Copa do Mundo da Rússia, alguns jogos foram realizados em Stalingrado, local da mais violenta batalha na Segunda Guerra Mundial. Ali se decidiu o destino do conflito e a posterior derrota dos nazistas. Um jornalista brasileiro falou dos jogos nas margens do Rio Volga e não foi capaz de fazer qualquer referência ao

local histórico em que ele estava pisando.

Não há compromisso com a verdade. Na final de 1998, em que o Brasil perdeu de 3 a 0 para a França, ocorreu o problema com Ronaldo Fenômeno. Na véspera da final, o jogador sofreu algo parecido com surto psicótico. Foi levado para exames em hospital e nada foi encontrado. Mas o Brasil começou o jogo com Edmundo no papel de centroavante. Ronaldo entrou no correr da partida. Até hoje ninguém explicou o ocorrido. O jornalismo esportivo brasileiro é opinativo. Cada um diz o que pensa, não há preocupação em buscar verdades. O fabuloso Garrincha, um dos melhores do mundo em todos os tempos, era do coólatra. Gostava muito da branquinha. Morreu de tanto beber. Durante sua vida, jamais algum jornal tratou do assunto. Somente na sua biografia, de Ruy Castro, a doença apareceu por inteiro.

As histórias de futebol são escabrosas. Às vezes, realmente, é melhor não descer às suas verdades para não esbarrar em decepções fundamentais. Por essa razão, o brasileiro limita-se a torcer, sofrer e tentar adiantar resultados. O time brasileiro deste ano não é dos melhores. Melhor, desta vez, é o técnico, várias vezes campeão nos principais torneios europeus. Conhece bem o esporte. E não é teimoso. Percebe a hora de mudar. É a tênue esperança nacional que a Seleção Brasileira jogue um futebol parecido com o do Real Madrid, ao tempo em que era treinado por Ancelotti. Ele é italiano.

E, na Itália, o futebol é visto com uma simples disputa. Não se pretende dar espetáculo, nem jogar bonito. Um a zero é goleada. Assim os italianos conseguiram seus títulos mundiais. Pode ser esse o único caminho de eventual sucesso da Seleção nacional. Ou seja, o sofrimento e o pessimismo estarão garantidos nos próximos 30 dias. O Velho do Restelo continua muito atual.

Visto, lido e ouvido



Desde 1960

Circe Cunha // circecunha.df@dabr.com.br

A sanha arrecadatória

Há uma distopia em construção no Brasil. Ela não chegou de repente, com tanques nas ruas ou decretos autoritários. Chegou silenciosamente, protocolar, embrulhada em resoluções normativas, rubricas orçamentárias e jargões técnicos. Chegou pela via dos tributos que se multiplicam sem correspondência em serviços, pelas emendas parlamentares que sangram o Tesouro para alimentar curras eleitorais, pela corrupção que corrói cada real arrecadado antes mesmo que chegue ao destino declarado e pelo crime organizado que ocupa os espaços abandonados pelo Estado.

O resultado é um país que tributa como nação desenvolvida e entrega como nação falida. Manchetes estampam "O Brasil atingiu em 2025 a maior carga tributária da série histórica: 32,4% do PIB. Nenhum serviço público correspondente foi entregue". Cada esfera governa os próprios instrumentos de coleta: na União, o Imposto de Renda, a Cofins, o PIS e as contribuições previdenciárias; nos estados, o ICMS, o IPVA e o ITCMD; nos municípios, o ISS, o IPTU e o ITBI. O contribuinte é o mesmo em todos os balcões. O Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT) calculou que, em 2024, o trabalhador brasileiro precisou trabalhar até 28 de maio — 149 dias — apenas para quitar suas obrigações com o Estado. Trata-se de quase metade do ano consumida em tributos antes que um único real reste para o indivíduo construir patrimônio, investir, poupar ou simplesmente viver com dignidade.

A carga tributária de 2025 foi de 32,40% do PIB maior da série histórica (Tesouro Nacional). A de 2023, 30,26% do PIB — ou seja, alta de 2,14 pontos percentuais em dois anos. Os dias trabalhados para pagar tributos em 2024 foram 49. A posição no ranking mundial, 14ª maior carga entre os países da OCDE — pior retorno em bem-estar. A perversidade do modelo está, contudo, menos no volume e mais na estrutura. Enquanto os países da OCDE concentram sua arrecadação predominantemente em tributos sobre renda e patrimônio, o que tende a ser mais progressivo, o Brasil arrecada principalmente sobre consumo e folha de pagamento. Em 2025, os impostos sobre bens e serviços representaram 13,78% do PIB.

O que isso significa, na prática, é que o faxineiro e o executivo pagam o mesmo ICMS ao comprar arroz no supermercado. É a regressividade institucionalizada. O chamado Custo Brasil, resultante dessa estrutura que pune produção e consumo, encarece sistematicamente os produtos nacionais e torna as empresas brasileiras não competitivas no mercado global. Cada ponto percentual de carga tributária sobre o consumo é um imposto oculto cobrado na boca da caixa de quem tem menos. Outra constatação nas páginas eletrônicas: "O trabalhador brasileiro é tributado como suíço, mas atendido como cidadão de quinto mundo". Essa é a essência do pacto perverso que governa o país. A teoria econômica, já há décadas, advertiu sobre os limites da tributação. A Curva de Laffer demonstra que, acima de determinado ponto, o aumento de alíquotas não gera mais receita — ao contrário, destrói a base produtiva, estimula a evasão fiscal, a informalidade e a desindustrialização.

O Brasil cruzou essa fronteira. O mercado informal responde por cerca de 40% do PIB, segundo estimativas do IBGE. A fuga da formalidade não é desonestidade cultural, é resposta racional ao custo insuportável de existir legalmente. A desindustrialização avança há duas décadas. A participação da indústria de transformação no PIB caiu de cerca de 22% nos anos 1980 para menos de 11% no período recente.

Pequenas e médias empresas, espinha dorsal do emprego formal, morrem não pela falta de mercado, mas pela impossibilidade de pagar tributos, salários com encargos e, ainda, competir com importados livres de toda a mesma burocracia. O IPVA cobrado sobre veículos, o IPTU sobre imóveis urbanos, as taxas de licenciamento, as contribuições sindicais compulsórias que sobreviveram à reforma trabalhista, são camadas sobre camadas de extração que não se comunicam com a prestação de serviços públicos. A cobrança existe; a contrapartida, não.

Há no Brasil mais de 90 tributos distintos, entre impostos, taxas, contribuições, contribuições de melhoria e contribuições especiais. Muitos incidem em cascata sobre os mesmos fatos geradores. A bitributação não é acidente: é design. O cidadão paga o ICMS embutido na conta de energia elétrica e, depois, paga o PIS/Cofins sobre o mesmo produto. O empresário paga o IRPJ sobre o lucro e, ao distribuir dividendos, o acionista paga novamente. A complexidade é o produto, não o subproduto.

Na lente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), há o cálculo que apenas as licitações viciadas custam ao país R\$ 20 bilhões anuais. Os números mais recentes confirmam a gravidade. Em 2025, a Controladoria-Geral da União (CGU), em articulação com a Polícia Federal, realizou 76 operações especiais — crescimento de 46% em relação a 2024 — identificando R\$ 13,6 bilhões em prejuízos potenciais. O valor médio por operação pulou de R\$ 5,4 milhões em 2022 para R\$ 188,6 milhões em 2025. A escala do crime cresceu na mesma proporção que a capacidade de investigação.

A frase que foi pronunciada:

“O diabo é que a nossa inflação não é de demanda ou de custo. É inflação de chuchu mesmo.”

Mário Henrique Simonsen

História de Brasília

Essa operação traria as seguintes vantagens: entrega a curto prazo de 2.400 apartamentos; canalização, para Brasília, de 50% do custo, ou sejam 5 bilhões de cruzeiros da iniciativa privada; (Publicado em 20/5/1962)



G O M E Z

Sem igualdade racial, não há justiça tributária



» LEONARDO QUEIROZ
Advogado, doutorando e mestre em direito pela (UnB), pós-graduado em direito processual tributário, consultor do Instituto João Cândido

O debate sobre desigualdades no Brasil, na maioria dos temas importantes, é frequentemente atravessado pelas relações de gênero e de raça. Dados fornecidos por órgãos oficiais da administração pública, relativos à saúde, à educação, à remuneração, à segurança pública e a outras áreas relevantes, traduzem a condição de desvantagem das pessoas negras em seus mais diferentes aspectos. Cenário que se repete quando analisamos o Sistema Tributário Nacional: mulheres e homens negros suportam carga tributária proporcionalmente superior à de pessoas brancas.

Uma marca importante desta década foi o amadurecimento do debate em face das injustiças tributárias. O esforço de pesquisadoras e pesquisadores negros, alguns oriundos das políticas públicas de acesso à educação, trouxe cor ao debate, antes inosso, sobre regressividade. Move-mo-nos da denúncia de que os mais pobres pagavam mais tributos para a devida constatação de que são os negros os mais pobres e, por consequência, os mais impactados com o cumprimento das obrigações fiscais.

Embora o avanço na discussão sobre as desigualdades na tributação mereça reconhecimento, é um ponto que ainda requer mais questionamentos. No contexto brasileiro, país em que a desigualdade racial é uma marca persistente, é possível concluir que a pessoa negra paga mais tributo por ser negra, e não apenas por ser pobre. Fatos históricos corroboram a tese de que o tributo vem sendo utilizado no Brasil como mecanismo de subalternização da população negra.

Na Idade do Ouro, pessoas negras libertas eram obrigadas a pagar impostos sobre si, imposição que não alcançava pessoas brancas. No Império, a greve dos ganhadores, na qual africanos e descendentes que comercializavam produtos na zona urbana sob o regime de ganho paralisaram Salvador, teve entre seus motivos a cobrança de uma taxa exorbitante. Vale ainda lembrarmos a “onda negra” e o “medo branco” do início do período republicano, que inspiraram um arcabouço jurídico-político destinado a subjugar pessoas negras recém-libertas, além de influenciar fortemente a legislação da época.

Dados recentes demonstram que os 20% mais pobres suportam uma carga tributária de 21,3%, em comparação com os 20% mais ricos, que comprometem 18,7%, enquanto a renda média per capita é de R\$ 311 e R\$ 5.268 mensais, respectivamente. Nesse contexto, cerca de 77% da população de menor renda é formada por famílias lideradas por pessoas negras, contra 58% de representação negra na população total. Essa super-representação de chefes de família negra é mais acentuada na metade mais pobre e menor entre os 20% de maior renda.

O topo da pirâmide de renda é composto majoritariamente por homens brancos, sendo a população negra sub-representada. Ao analisarmos o 1% mais rico, percebemos que a incidência do conjunto de tributos diretos sobre a renda dos homens negros é de aproximadamente 11,1%, enquanto para homens brancos o valor é de cerca de 9,2%. Essa discrepância, ainda que estejam na mesma faixa, é decorrente do fato de a renda das pessoas negras no topo provir majoritariamente do trabalho (especialmente no setor público ou de regimes estatutários), enquanto o rendimento das pessoas brancas é composto em maior parte pela produtividade de capital, como lucros e dividendos, que, desde 1995, deixaram de ser tributados (Lei nº 9.249/95).

As desigualdades e o racismo perduram como marca indelével da sociedade brasileira, contaminando quase todas as esferas da vida; e, com a tributação, não é diferente. Reconhecer que as desigualdades raciais potencializadas pela tributação vêm de longe, desde o período colonial, passando pelo Império e início da República, nos impede a acreditar que esse cenário não é provocado por um efeito indesejado do atual sistema tributário. Entender isso ajuda a sair da armadilha de pensar que o problema da matriz tributária é somente a regressividade e perceber que o que propicia tais discrepâncias é também o racismo institucional.

Um bom diagnóstico da realidade contribui, entre outras coisas, para aperfeiçoar as reivindicações e combater o problema de forma eficaz!